



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 147 - Outubro 2009

NOSSA OPINIÃO

- [Florestas no topo da agenda mais uma vez- florestas realmente?](#)

CONGRESSO FLORESTAL MUNDIAL

- [Resistência social contra o Congresso Florestal Mundial](#)
- [O setor florestal argentino na vitrina do Congresso Florestal Mundial](#)

PLANTAÇÕES DE ÁRVORES E ÁGUA

- [Pressão em aumento contra os eucaliptos no Quênia, descritos como os “devoradores dos recursos hídricos”](#)
- [Testemunhos sobre as plantações de árvores e o esgotamento dos recursos hídricos](#)

PROBLEMAS ALÉM FRONTEIRAS

- [Posco: Destrói florestas na Índia e estabelece plantações como sumidouros de carbono no Uruguai](#)
- [O excesso de consumo no Norte promove desertos verdes no Sul](#)

NOSSA OPINIÃO

- Florestas no topo da agenda mais uma vez- florestas realmente?

Em decorrência da crescente preocupação a respeito da mudança climática, mais uma vez as florestas aparecem no ponto mais alto da agenda internacional, especialmente em relação com seu papel como reservatórios de carbono. Existe um amplo consenso em que as florestas podem contribuir a mitigar - se conservadas- ou a piorar- se destruídas- o iminente perigo da mudança climática. Contudo: trata-se realmente – mesmo de florestas?

Talvez o melhor- pior- exemplo para responder à pergunta acima colocada seja o Congresso Florestal Mundial, recentemente celebrado na Argentina. No encontro, as florestas e as plantações de monoculturas de árvores foram tratadas como sinônimos. Tal posição, provinda dos especialistas florestais, ajuda a providenciar apoio às empresas envolvidas na transformação de florestas verdadeiras em florestas falsas, da biodiversidade em monoculturas, da natureza em lucros.

Uma “floresta plantada” é uma floresta: essa é a mensagem que o mundo está recebendo do Congresso Florestal Mundial. Se essa mensagem fosse apresentada a escolares como um exercício de “certo-errado”, a maior parte deles não teria dúvidas em responder “errado”. Mas- com umas poucas exceções- os “especialistas” florestais do mundo todo parecem pensar o contrário. Por isso, uma floresta pode ser clareada e substituída por uma plantação de eucaliptos, pinheiros, dendezeiros, seringueiras ou qualquer outra espécie e nada terá mudado.

Para piorar ainda mais a questão, parte do programa do Congresso esteve focalizado na necessidade de “melhorar” as florestas através do uso de árvores geneticamente modificadas (GM), apesar do fato de as árvores GM poderem causar estragos nas florestas do mundo todo. Conforme o CFM, as futuras plantações de monoculturas de árvores GM também seriam consideradas “florestas”, fazendo com isso que a definição de floresta seja ainda mais absurda... e perigosa.

A mesma questão de definir as florestas como plantações foi apresentada nas negociações climáticas sobre REDD (redução das emissões por desmatamento e degradação florestal nos países em desenvolvimento) realizadas há uns dias em Bangkok. O fato de a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática também considerar as plantações como “florestas” providencia uma boa desculpa aos delegados da União Européia para bloquearem a linguagem que pretende impedir a transformação de florestas em plantações. Isso levou a um fim abrupto das negociações, porque a maior parte dos outros delegados tornou-se ciente do perigo de canalizar os fundos REDD para a substituição de florestas tropicais por plantações de dendezeiros e plantações para celulose.

Também está vinculada à mudança climática e à definição de plantações como florestas a produção de etanol celulósico das plantações de árvores e de agrodiesel das plantações de dendezeiros como alternativas “verdes” para os combustíveis fósseis. Tais combustíveis poderiam resultar na destruição de extensas áreas de florestas que seriam transformadas em plantações de monoculturas de árvores. Conforme a atual definição de floresta, nada teria mudado, enquanto “coberta florestal” seja mantida.

A incoerência disso tudo- e os interesses criados por trás- vem tomando-se cada vez mais clara- e recentemente até para os negociadores do REDD. O processo para as plantações não serem consideradas florestas ainda é longo e difícil obviamente, mas um crescente número de organizações sociais, movimentos camponeses, organizações de povos indígenas, ativistas de direitos humanos, acadêmicos, especialistas florestais e o grande público estão se juntando sob o lema de “as plantações não são florestas”. As comunidades locais que iniciaram o processo através de suas lutas contra as monoculturas já não estão sós.

início

CONGRESSO FLORESTAL MUNDIAL

- Resistência social contra o Congresso Florestal Mundial

De 18 a 23 de outubro foi realizado em Buenos Aires, Argentina, o XIII Congresso Florestal Mundial (CFM).

A história desses congressos começa em 1926, em Roma. Trata-se de fóruns que são realizados a cada seis anos em diferentes países anfitriões, aos quais comparecem representantes governamentais, da sociedade civil, do setor empresarial, e acadêmicos.

Existe uma estreita relação entre os Congressos e a FAO visto que esta organização participa de sua preparação ao definir o programa, os palestrantes e os autores que serão convidados, bem como o comitê assessor de especialistas. O produto dos CFM são recomendações que podem ser adotadas pela FAO, com todo o peso e influência que isso implica.

Em coincidência com a abertura do XIII CFM, centenas de representantes de movimentos indígenas e camponeses e organizações sociais do Chile, Brasil, Uruguai, Paraguai e de numerosas províncias da Argentina chegaram a Buenos Aires.

Recebidos pela Via Campesina e Amigos da Terra Argentina, centenas de mulheres e homens, em alguns casos com suas crianças, participaram durante três dias de jornadas de intercâmbio e formação bem como de concentrações e passeatas.

No dia 16 de outubro, Dia da Soberania Alimentar, marcharam do Ministério da Agricultura à Plaza de Mayo, onde se concentraram para lerem uma proclamação e realizarem uma feira de sementes nativas. As demandas populares reclamam soberania alimentar, deter o desmatamento e realizar uma reforma agrária que garanta que as comunidades possam viver e produzir em suas terras. A agricultura familiar e camponesa está encurralada e foi expulsa do campo por causa do agronegócio, que inclui as monoculturas florestais.

No domingo dia 18, o encontro popular foi na Plaza Itália, em torno do Festival dos "Povos que vivem com as Florestas". Entre música, cantos e danças, uma colorida e enérgica manifestação chegou às portas do edifício próximo ao local onde era realizado o CFM, levando cartazes com lemas tais como: "As plantações não são florestas", "Deter o reflorestamento. Sim à diversidade produtiva. Não às monoculturas florestais", "Uma monocultura não é uma floresta", "Resistindo aos agronegócios", "Soberania alimentar", "Terra, água e justiça".

A introdução de monoculturas industriais de árvores na Argentina tem aumentado desde 2006, quando foi aprovada a lei 25080, que subsidia as plantações de árvores. O ambiente comercial neste Congresso é palpável no próprio enunciado das rodadas de negócios incluídas no programa oficial, que também dedica uma seção às "florestas plantadas".

O congresso pode ser, então, a plataforma ideal para a expansão da indústria, legitimada pela academia, escondida sob o lema "Desenvolvimento florestal, equilíbrio vital". Dentro do termo "florestal" equiparam-se coisas tão díspares quanto o ecossistema floresta, com sua riquíssima diversidade biológica e as ermas plantações de monoculturas de árvores em grande escala, os "desertos verdes".

Para os "povos que vivem com as florestas", presentes no festival e na passeata, não há confusão. Eles sabem muito bem qual é o valor das florestas que fornecem vida e sustento. E conhecem dolorosamente quais são os impactos das plantações florestais: perda de água, perda de seus territórios, perda da biodiversidade, perda da soberania alimentar, perda de seus saberes e com isso de sua cultura e identidade, perda da vida.

Por isso, de forma contundente, disseram categoricamente aos participantes do CFM

NÃO às monoculturas florestais

Mas em troca:

SIM à defesa da vida

SIM aos territórios nas mãos dos povos indígenas e das comunidades camponesas

SIM à agricultura para a Soberania Alimentar

SIM aos saberes tradicionais de nossos povos

E anunciaram em sua proclamação:

"A luta contra as plantações de árvores é também uma celebração da vida, da agricultura baseada na diversidade nas mãos das pequenas famílias agricultoras camponesas e indígenas, da restauração camponesa e indígena da floresta e de tantas outras soluções reais que existem. Esta celebração da vida e da resistência, neste dia de luta contra as plantações de árvores, faz com que caminhemos mais juntos na construção de um novo mundo.

DA FLORESTA VIVEMOS, COM A FLORESTA VIVEMOS, PELA FLORESTA VIVEMOS...

NOSSAS VOZES E OUVIDOS DIANTE DE SUAS MONOCULTURAS"

início

- O setor florestal argentino na vitrina do Congresso Florestal Mundial

O Congresso Florestal Mundial que está desenvolvendo-se em Buenos Aires tem sido percebido como uma excelente oportunidade de negócios pelo setor florestal argentino.

A expectativa empresarial se vem manifestando há vários meses através de uma crescente presença na mídia local e nacional. Um exemplo disso é um artigo recente difundido por uma publicação da província de Corrientes (www.momarandu.com). Nela informa-se que "Depois da feira florestal em Misiones, os madeireiros de Corrientes visam ao XIII Congresso Florestal Mundial para concretizar acordos em rodadas de negócios, das que participarão quase duzentos empresários de 26 países diferentes." Os silvicultores "vêm no Congresso uma 'porta ao mundo' para expor o potencial em matéria prima na província e atrair capitais que façam com que a indústria decole".

O Congresso, organizado pelo governo argentino em colaboração com a FAO prevê uma série de "tours" para @s participantes. Como não podia ser de outro jeito, um deles abrangerá as províncias de Corrientes e Misiones, onde os empresários estrangeiros poderão ver as "florestas plantadas" de várias empresas florestais (Las Marías, Agro Alba, Grupo Tapebicué, Garruchos, Lipsia).

Como é de esperar-se, os empresários visitantes verão o que os empresários locais queiram que vejam e ouvirão o que eles queiram dizer-lhes.

Como Misiones é descrita como a "principal província florestal do país", supõe-se que será mostrada -tanto para os empresários quanto para o público em geral- como o exemplo em matéria de desenvolvimento florestal.

Nesse contexto, resulta importante difundir o seguinte artigo, decorrente de uma recente turnê realizada a essa província, onde através de seus depoimentos, o povo local mostra a dura realidade e denuncia a "grande mentira" do desenvolvimento florestal.

- Argentina: Misiones - pinus, fábricas de pasta e mentiras

A província de Misiones nasceu bela com seu mato, mas também cresceu com vocação para o sofrimento. A história do despojamento começou com os conquistadores espanhóis, submetendo os povos guaranis originários da área, tirando-lhes sua liberdade e desarticulando sua forma de vida.

Em tempos mais recentes, Misiones sangrou por seu mato, cortado indiscriminadamente e sob condições infra-humanas para a indústria madeireira. Pelo rio Paraná foram-se em jangadas os preciosos ipês, timbós, faveiros, louro-pardos e tantos outros, rumo ao mercado nacional e mundial. Em pouco mais de um século, o mato de Misiones reduziu-se a um terço da superfície original.

Paralelamente cresceu a atividade agropecuária. A erva-mate, cuja colheita originalmente era de ervatais naturais, foi substituída pela extensão da produção sob cultivo, compartilhando o espaço territorial com o chá, as laranjeiras e o tabaco. Houve concentração da terra, com grandes plantadores, mas também foi impulsionado um programa estatal de colonização agrícola a partir de uma estrutura basicamente familiar, em pequena e média escala -propriedades que em geral tinham entre 25 e 50 hectares- com cultivos anuais e um cultivo central de erva.

Ao redor dessa estrutura se desenvolveu uma população rural cuja maioria trabalhava em tarefas agrícolas de preparação do solo, semeadura, colheita. Também permitia que os peões tivessem uma porção de terra para morar lá com sua família, o que lhes permitia ter alguma soberania alimentar.

Essa situação começou a mudar a partir da década de 40, quando se instalou em Puerto Piray, município do departamento de Montecarlo, a empresa nacional Celulosa Argentina para a produção de pasta de papel, dando começo à plantação de monoculturas de pinus. Essa fábrica de celulose, inserida no modelo de substituição das importações, teve que enfrentar uma grande resistência obreira, no ano de 1968, por denúncias de condições insalubres de trabalho.

Nos anos da ditadura e sobre a repressão do movimento social, produziu-se uma reconversão da economia. Coloca-se em marcha um projeto para a construção de megafábricas de celulose com a maioria acionária da Celulosa Argentina: a malograda Celulosa Puerto Piray S.A. (atualmente uma fábrica obsoleta), e a Alto Paraná S.A.

A expansão florestal adquire grande impulso em 1998, com a lei de promoção florestal 25080, que outorga uma série de benefícios: subsídios para plantar, subsídios através da devolução de IVA, isenção de impostos (de renda e imobiliários), eliminação da cobrança de guia e uma enorme estabilidade fiscal por 30 anos, que o governo provincial pode ampliar para 50.

Isso, além da desregulamentação da erva do mercado consignatário (que garantia ao produtor um preço de venda superior a seus custos e negociava sua venda com os grandes moinhos), foi o tiro de morte ao sistema de produção familiar.

Os colonos e os cultivos de laranjeiras, chá, erva, tabaco, foram deslocados pelo avanço das plantações, fundamentalmente de pinus Elliotti -cuja resina queima a folha da erva e não permite que cresça embaixo- mas também pinus Taeda e eucaliptos. As granjas foram compradas para florestamento ou utilizadas em alguns casos pelo próprio colono para a plantação de pinus, acreditando que era um grande negócio, o que depois demonstrou não ser isso para eles.

Os colonos que perderam suas granjas se urbanizaram; se debilitou a figura predominante do empregador rural e com isso também as fontes de trabalho que gerava. Foi o desmantelamento da população rural. No departamento de Montecarlo, por exemplo, havia locais nos que, em média, viviam mais de 150 famílias, e que desapareceram ou sofreram notáveis perdas. Por sua vez, se perdeu população rural, surgiram numerosos assentamentos urbanos e suburbanos na área.

Esse velho sistema de apropriação que, apesar de que dava trabalho, se apoiava na exploração dos trabalhadores, não mudou por outro mais eqüitativo. A propriedade da terra se concentrou e depois se estrangeirou. A Alto Paraná foi comprada em 1996 pela empresa chilena Celulosa Arauco y Constitución (Celarauco) do grupo Angelini, que depois também comprou a Celulosa Puerto Piray. Essa última transação tem sido denunciada como um processo de fraude violenta ao Estado municipal, já que para poder vendê-la, dívidas que a fábrica tinha com a municipalidade tiveram que ser perdoadas. Dos 10 milhões de dólares que devia ao município, acabou pagando 200.000 pesos argentinos (aproximadamente 50.000 dólares), mais 300 hectares de terra, dois caminhões, uma pá caterpillar. A chegada desses capitais estrangeiros não foi gratuita para a fazenda pública.

A entrada da Alto Paraná em cena, provocou uma concentração da terra na província de Misiones. Como exemplo, apenas no município de Piray, a empresa possui 62,5% da terra e junto com outras três reúne 83%. Em nível da província, os 233 mil hectares da Alto Paraná representam dez por cento do solo provincial (1).

E a concentração não é apenas da terra, mas também da matéria prima: as pequenas serrarias foram ficando sem acesso à madeira, atrasadas em matéria

tecnológica, e fecharam, aumentando o desemprego. De outro lado, os trabalhadores não foram necessariamente absorvidos pela nova fábrica, já que com a crescente tecnificação, as tarefas nas plantações de árvores, como a plantação e a colheita, que no começo geravam emprego, foram sendo substituídas por máquinas e agrotóxicos.

Hoje, com esse modelo, o cenário é que 53% da população da área não tem trabalho, e de 47% com renda, 86% ganha menos de um salário mínimo.

A isso se acrescenta a perda de água na província. Originalmente o desmatamento pelo corte excessivo foi o principal fator de perda de água, na medida em que a desapareição da floresta alterou o ciclo hídrico. Depois, as plantações em grande escala de árvores exóticas e de rápido crescimento, com sua enorme "eficiência" para aproveitar a água através de suas raízes que chegam às profundidades do solo, agravaram o problema.

As plantações de árvores destruíram o mato de Misiones, concentraram e estrangeiraram a terra com a conseguinte iniquidade social e perda de soberania, deslocaram sistemas agrícolas familiares, causaram inumeráveis impactos sobre o ambiente e a saúde (2). Também trouxeram com elas, como disse um dos filhos da terra de Misiones, "a grande mentira" -"A grande mentira de termos virado o pólo florestal-industrial mais importante do país, para o que tivemos que pagar milhões de dólares, mais a destruição do mato e das organizações sindicais e sociais".

Por trás da grande mentira é preciso desnudar a realidade da Misiones florestal, em momentos em que a indústria das monoculturas de árvores tenta apresentar-se no Congresso Florestal Mundial como uma atividade "ecológica". Para Misiones, o "desenvolvimento florestal" das plantações está longe de trazer-lhe um "equilíbrio vital", como anuncia o slogan do Congresso.

Por Raquel Núñez – raquelnu@wrm.org.uy, com base no percurso com Elizabeth Díaz pelo norte da província de Misiones, com a generosa companhia e valiosa informação e depoimentos de Ruben Ortiz, Juan Yahdjian e vários vizinhos da comunidade Piray 18 e do resto da área.

(1) "La invasión forestal", Darío Aranda, publicado em 26 de julho de 2009 em Página 12, disponível em http://www.wrm.org.uy/paises/Argentina/invasion_forestal.html

(2) "Misiones: la selva de Quiroga convertida en pinos para celulosa", Ricardo Carrere, julho de 2005, <http://www.guayubira.org.uy/celulosa/informeMisiones.html>

início

PLANTAÇÕES DE ÁRVORES E ÁGUA

- Pressão em aumento contra os eucaliptos no Quênia, descritos como os "devoradores dos recursos hídricos"

Algo extremamente interessante está acontecendo atualmente no Quênia. Por um lado, o ministro do Ambiente, John Michuki ordenou arrancar as árvores de

eucaliptos das zonas úmidas e proibiu que fossem plantadas ao longo dos rios e das bacias hidrográficas. Ao mesmo tempo, Wangari Maathai- a reconhecida ganhadora do Prêmio Nobel- está instando a uma proibição de plantar espécies exóticas e em especial eucaliptos, enquanto os especialistas do Centro Internacional para a Pesquisa em Agroflorestamento (ICRAF) do Quênia alertam sobre a natureza “sedenta” dos eucaliptos.

Quando plantar eucaliptos era bom

O cenário acima descrito teria sido impensável há alguns anos, quando o governo estava promovendo ativamente as plantações de eucaliptos por todo o país. Por exemplo, em 2003 o Serviço de Notícias Ambientais (ENS) informava que “uma nova variedade de eucaliptos geneticamente superior” tinha sido introduzida no Quênia, e que isso “podia poupar as florestas do Quênia de mais destruição. Com base nas informações providenciadas pelos promotores dessa iniciativa, o ENS afirmava que, “Para os habitantes das áreas semi- áridas, os eucaliptos são considerados como uma oportunidade de obter rendas de mais uma fonte”, e acrescentava que, “os pesquisadores disseram que os novos eucaliptos geneticamente superiores podiam ser a resposta para o reflorestamento em parte das áreas áridas do Quênia e que se fossem bem manejados seria possível livrar as florestas do país de maior dizimação.”

Os supostos anteriores foram apoiados por diversas entidades de especialistas e doadores envolvidos na promoção de eucaliptos nas áreas áridas e semi-áridas do país.

Em primeiro lugar, a produção de árvores “superiores” foi “liderada pelo Programa Nacional de Extensão Agropecuária- uma iniciativa de extensão financiada pela Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional”. Além disso, a plantação dos “eucaliptos geneticamente superiores” fazia parte de um Projeto Nacional de Pesquisa Agroflorestal, um projeto colaborativo implementado conjuntamente pelo Instituto de Pesquisa Agrícola do Quênia (KARI), o Instituto de Pesquisa Florestal do Quênia (KEFRI) e o Centro Internacional para a Pesquisa em Agroflorestamento (ICRAF).

Uma iniciativa semelhante “para providenciar às comunidades rurais Maasai material clonal superior” foi lançada através do projeto Kajiado- um projeto em parceria de transferência de biotecnologia entre o Departamento Florestal do Ministério do Ambiente e os Recursos Naturais em colaboração com o Instituto de Pesquisa Florestal do Quênia e a Mondi Forests (uma corporação de celulose e de plantações da África do Sul). A Fundação Gatsby do Reino Unido financiou esse projeto, enquanto o ISAAA (Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas)- que inclui a Monsanto, a Bayer Crop Science e a CropLife International entre seus doadores- facilitou o empreendimento.

Seguindo o conselho dos especialistas

A população local foi levada a acreditar que ao plantar tais “eucaliptos superiores” iria “contribuir à meta nacional de mitigar a pobreza entre as comunidades agrícolas de baixos recursos”, como expressou Gabriel Ndungu, um funcionário do Programa

Nacional de Extensão Agropecuária (NALEP) em Kiambu.

O governo teve um papel ativo em sua promoção e as mudas de eucaliptos e clones foram distribuídas pelo Instituto de Pesquisa Florestal do Quênia na Floresta de Karura próxima à cidade de Nairóbi. O papel do NALEP na iniciativa foi “congregar grupos de agricultores para desenvolverem o potencial das plantações de árvores geneticamente superiores em suas próprias parcelas”.

Disseram aos agricultores que poderiam explorar comercialmente as árvores depois de aproximadamente seis anos, mas após dois anos as árvores estariam disponíveis para ser usados como lenha e cercas. Também foram informados que as árvores tinham “fibras superiores, o que reduz as rachas da madeira serrada, e crescem de forma uniforme diminuindo assim os custos de corte”.

Como os agricultores locais poderiam não acreditar no conselho de todas essas entidades de especialistas? Como as mulheres rurais poderiam não dar apoio à iniciativa, quando durante anos tinham vivenciado a escassez de lenha para uso doméstico e a solução de plantar eucaliptos parecia ser razoável para os pequenos agricultores e em especial para as mulheres?

O que não foi dito a essas pessoas era que mesmo que essas árvores dessem a possibilidade de ganhar dinheiro, ao mesmo tempo iriam exaurir os recursos hídricos, dividindo assim a comunidade entre aqueles que sofriam os impactos negativos dos eucaliptos e aqueles que aproveitavam a venda de madeira.

Três anos depois: as árvores de rápido crescimento identificadas como problemáticas

Em agosto de 2006, um panorama diferente começou a ser desvendado nas reuniões da Semana Mundial da Água em Estocolmo. No encontro, os pesquisadores alertaram que ainda que a plantação das espécies certas nas áreas certas pudesse melhorar a eficiência hídrica, outras espécies- tais como pinheiros e eucaliptos- poderiam piorar em muito o problema.

O alerta veio do Centro Internacional para a Pesquisa em Agroflorestamento (ICRAF) que anunciou suas conclusões sobre o uso da água por parte das árvores, com base em 20 anos de pesquisa no Quênia. Em consequência, os cientistas do ICRAF se posicionaram contra a plantação de árvores perenes de rápido crescimento tais como eucaliptos e pinheiros devido a seu consumo elevado de água.

Um vídeo- “Thirsty Trees: And the Search for Better Alternatives” (Árvores Sedentas: e a busca de melhores alternativas)- foi apresentado em um evento paralelo organizado pelo ICRAF (<http://giip.org/content/view/104/37/>). O vídeo mostra que tanto os funcionários governamentais quanto a população local concordam em que os eucaliptos estão impactando nos recursos hídricos. Um morador local explica que o nível do que era “um enorme rio” tinha “afundado” em decorrência das árvores de eucalipto plantadas ao longo de suas margens. O vídeo explica que, como acostuma ser nesses casos, “as mulheres e as crianças são os mais afetados pela redução da água”, porque eles são “os fornecedores de água para suas

famílias e isso significa mais tempo para irem apanhar água nos córregos e lagos”.

O vídeo providencia dados sobre o uso da água, e afirma que um único eucalipto de 3 anos "bebe" 20 litros de água ao dia. Nos anos seguintes, o consumo cresce exponencialmente e uma árvore de 20 anos irá "beber" 200 litros ao dia!

O mito sobre a falta de evidência científica

Talvez uma das conclusões mais interessantes das constatações do ICRAF é que rebate um dos principais argumentos usados por quem promove as plantações de árvores de crescimento rápido, que diz que "não há evidência científica" que prove que tais plantações esgotem os recursos hídricos.

Depois de aproximadamente duas décadas de pesquisa na Estação de Pesquisa Machakos, o ICRAF providencia ampla evidência no assunto e conclui que:

“As espécies perenes de rápido crescimento podem extrair quantidades significativas de água do subsolo, causando sérias preocupações a respeito de seu impacto sobre as paisagens. As espécies de árvores com exigência de água superior à água disponível das chuvas (já que extraem água de outras fontes) podem produzir uma contrapartida negativa em detrimento de outros usos locais e da população rio abaixo. Essa é uma conclusão especialmente importante para os incipientes programas de seqüestro de carbono que tendem a favorecer espécies de crescimento rápido como o eucalipto que pode causar sérios impactos no fluxo do rio”.

Muitas espécies caracterizadas pela elevada exigência de água são preferidas por seu valor econômico, e por isso são colhidas e substituídas em sistema de rodízio. Essas plantações de espécies 'sedentas' apenas serão viáveis em áreas de abundantes chuvas e escoamentos, onde a água se acumula e onde a água subterrânea está disponível com maior facilidade.

A média de chuvas nas bacias de captação da África Oriental está entre 1200 a 1800 mm. Os eucaliptos chegam a consumir a maior parte dessa água. Por isso em bacias com média de chuva inferior a 1600mm, é prudente não plantar espécies perenes como eucaliptos ou pinheiros.

O ICRAF não apenas providencia a evidência como também tem inventado uma ferramenta simples para medir o consumo de água de qualquer árvore e assim faz com que a evidência científica esteja disponível com facilidade em todo debate sobre o consumo de água das plantações.

O equipamento desenvolvido pelo ICRAF pode medir o fluxo de seiva usando o método de pulso de calor para determinar a velocidade do movimento da água nos troncos das árvores. A partir dessa medida singela, é possível estimar o uso de água por hora de uma árvore. (vide <http://www.ictinternational.com.au/hrm30.htm>)

O resultado em 2009: “As sedentas árvores de eucaliptos são decepadas no Quênia”

Um artigo publicado no dia 30 de setembro de 2009 informa que "os agricultores no

Quênia Central estão cortando as espécies de eucaliptos com alto consumo de água plantadas nas proximidades de fontes de água por uma instrução do governo que objetiva que a proteção dos recursos hídricos dê certo. O ministro do Ambiente, John Michuki, estabeleceu a instrução em uma tentativa de diminuir o impacto da seca que está devastando o país.

O eucalipto tem sido popular entre os agricultores porque cresce rapidamente e providencia grandes estoques de madeira e lenha. Mas também é um perigo para as fontes de água.

Atualmente, os eucaliptos plantados a menos de 30 metros de rios, córregos, poços e outras fontes de água estão sendo cortados. Além disso, os agricultores no Quênia central derrubaram praticamente todas as árvores plantadas nos arredores das fontes de água.

“Nós concordamos em que os eucaliptos plantados nos arredores das fontes de água contribuíram para que elas secassem e é por isso que estamos tirando as árvores,” diz Joseck Gatitu, um agricultor da área Kamune no Quênia Central, que cortou 15 árvores próximas a um córrego que quase tinha secado.

James Gitonga, um funcionário superior do Serviço Florestal do Quênia, diz que apesar de os eucaliptos serem uma fonte de renda para os agricultores, a recente plantação de *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus camaldulensis*, duas espécies de crescimento rápido trazidas ao Quênia desde a África do Sul há sete anos, era uma ameaça para o meio ambiente.

“As árvores foram plantadas em grandes quantidades e inclusive nas proximidades de rios, pântanos e outras áreas de captação, e ao consumirem enormes quantias de água contribuíram em grande medida ao esgotamento da água, em especial durante a atual seca,” ele disse.

Ganhadora do Prêmio Nobel intervém no debate

Wangari Maathai, laureada com o Prêmio Nobel da Paz e renomada ativista ambiental do Quênia, opõe-se ativamente ao “agressivo impulso dado às espécies exóticas”, “promovidas excessivamente por razões comerciais”, e faz um apelo “para pôr o foco na plantação de espécies nativas”, que são “mais adequadas para as regiões onde se supõe que devem crescer.”

A professora Maathai insta a uma proibição das plantações comerciais de eucaliptos no país. Ela disse que esta espécie está contribuindo ao esgotamento da água devido a seu elevado nível de exigência.

Maathai acrescenta que além dos impactos negativos nos sistemas hídricos, o eucalipto, chamado de beberrão de água (“munyua mai”) em Kikuyu, sua comunidade natal, também é agressivo para outras espécies e quase para toda a biodiversidade local.

“Quando você entra nessas plantações de monoculturas, elas parecem florestas mortas porque nelas só dá eucalipto. Você não vê aves, borboletas, outras árvores, animais- não há mais nada mais porque não permitem qualquer outra plantação.”

Durante seu discurso no 2º Congresso Mundial de Agroflorestamento, celebrado em Nairóbi, Quênia no mês de agosto, Maathai disse à audiência- “a respeito do presente dos australianos”- que não há cangurus na África e que “nós não precisamos eucaliptos.”

Eucaliptos sob o sistema shamba?

Seria um equívoco assumir que o governo queniano concorda com Maathai. O fato de o ministro ter proibido os eucaliptos em determinadas áreas não significa que as plantações comerciais de eucaliptos também tenham sido proibidas. A esse respeito, Maathai alerta contra “a idéia da reintrodução do destrutivo sistema shamba em nossas florestas registradas. Tal sistema, apesar da alegação de voltar em um formato aperfeiçoado, é um sistema que destrói a biodiversidade e reduz a capacidade das florestas de captar a água das chuvas, retê-la e liberá-la gradativamente através de rios e córregos. Ela enfatiza que “é suicida sucumbir à pressão das indústrias da celulose e da construção e reintroduzir um sistema que foi responsável em grande medida pela destruição das florestas no passado. É extremamente imprudente usar as áreas de bacias para plantar árvores comerciais a fim de manter em atividade empresas privadas ou públicas inviáveis.”

O sistema queniano “shamba” implica que os agricultores são incentivados a cultivar lavouras básicas (milho, banana, feijão e mandioca) em florestas públicas clareadas sob a condição de replantar árvores. Desde meados do século XIX, o Quênia adotou este sistema para estabelecer plantações de árvores por meio de mão-de-obra barata ou completamente gratuita, a fim de satisfazer a demanda de madeira.

Além de permitir o abuso, o sistema significa a substituição de florestas nativas por monoculturas de árvores exóticas. As espécies exóticas mais comumente plantadas em florestas públicas são pinheiros e ciprestes. Essas plantações estabelecidas como monoculturas interferem com a floresta minguando sua biodiversidade e reduzindo a qualidade da captação de água. O que aconteceria se os eucaliptos fossem plantados sob o sistema shamba?

A FAO ao resgate

Em face de toda a evidência a respeito dos impactos das espécies de rápido crescimento, o lobby do eucalipto vem tentando subestimar e complicar a questão.

Como era de esperar, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) veio ao resgate de sua bem-amada árvore. Em um recente relatório da FAO citado na mídia queniana, a organização disse que apesar da controvérsia, devido a serem de rápido crescimento, os eucaliptos podiam constituir uma alternativa viável, em especial em países em desenvolvimento onde o crescimento populacional se corresponde a uma demanda de madeira e combustível, abrigo e outras necessidades.

O que a FAO não diz é que a maior parte das plantações de rápido crescimento do mundo não estão voltadas para providenciar "madeira para combustível" ou "abrigo" e que as "outras necessidades" geralmente referem-se aos países industrializados e/ou suas empresas transnacionais, desvinculados do "crescimento populacional"

mas diretamente relacionados com o crescimento do consumo excessivo nos países do Norte.

A FAO faz questão de equiparar as florestas nativas e as plantações. Em seu relatório, a FAO estima que nos trópicos, está plantado apenas um hectare de cada 10 hectares de floresta natural clareada e que para superar esta situação, a alternativa é plantar espécies exóticas, versáteis e de crescimento rápido tais como o eucalipto que tem usos múltiplos. Isso significa que para a FAO um hectare de monocultura de eucaliptos é igual a um hectare de floresta nativa!

Obviamente a FAO esquece mencionar que o ICRAF tem identificado um conjunto de espécies nativas que poderia ser plantado no Quênia no lugar do eucalipto e que essas árvores têm efeitos positivos no âmbito social, ambiental e econômico- enquanto o eucalipto impacta na biodiversidade do país e míngua os recursos hídricos.

E ainda mais importante, dizer que um hectare de monocultura de eucaliptos pode compensar a perda de um hectare de floresta tropical biodiversa é um absurdo ambiental, que faz as coisas mais fáceis para as empresas plantadoras ávidas por “maquiar de verde” sua imagem e encobrir seus impactos.

Apoio da comunidade de profissionais florestais

O Dr. Robert Brook, da Escola de Agricultura e Ciências Florestais da Universidade de Gales no Reino Unido, é um exemplo típico da reação da comunidade de profissionais florestais diante da evidência cada vez maior sobre os impactos do eucalipto. Conforme um comunicado de imprensa queniano, ele “se pergunta por que o alvo está nos eucaliptos quando há muitas outras árvores que extraem grandes quantidades de água do solo.”

“Acho que a crítica é exagerada,” ele diz. “Conforme minha análise pessoal, a teca, uma árvore exótica, extrai mais água.”

Mesmo que a afirmação acima seja questionável, isso significa- se fosse verdade- que como a teca é pior, o eucalipto é bom?

O Dr. Brook inclusive continua no tocante ao reconhecimento dos impactos: “Vi o eucalipto plantado em blocos sólidos na Índia. Não cresce nada por baixo deles, e quando a forte chuva dos monções chega, o solo é arrastado e isso leva à sedimentação das barragens.”

Apesar da afirmação acima, ele fez o possível para defender o eucalipto, ao dizer que “Se plantados individualmente, em duplas, trios ou em fileiras, não seriam um problema.”

É claro que ninguém está argumentando contra a plantação de um punhado de árvores- e com certeza ele sabe disso- mas com o argumento acima o Dr. Brook pretende dar todo o apoio possível ao controvertido eucalipto.

De forma menos aberta, até o Diretor Geral do ICRAF (Dr. Dennis Garrity), parece subestimar as conclusões de sua própria organização. Ele admite que o eucalipto possa ter efeitos destrutivos sobre o ambiente devido a sua elevada exigência de

água, e diz que a adoção generalizada na África tinha reduzido o lençol freático. Mas ele argumentou que o eucalipto foi amplamente adotado na África devido a suas características especiais de ser de rápido crescimento e uma boa fonte de madeira e combustível.

Isso significa que ele apóia ou que ele rejeita a expansão das plantações de eucaliptos na África?

Um “especialista florestal” anônimo de uma “organização não governamental queniana” não identificada ilustra o lobby mais radical em prol do eucalipto. Conforme a mídia, ele “discorda veementemente do apelo da catedrática Maathai e diz que os benefícios da árvore são muito maiores do que seus aspectos prejudiciais. Ele diz que não há ameaça para o meio ambiente se as árvores forem plantadas no lugar certo.

Seu argumento é que “Tudo é questão de o local ser adequado porque as diferentes espécies combinam com diferentes locais”, e na realidade defende a plantação de mais eucaliptos no país.

Obviamente ele não providencia nenhuma orientação a respeito de qual eucalipto deveria ser plantado em cada área do Quênia para impedir os “aspectos prejudiciais”. Ele diz, porém, que “apenas há 100.000 hectares de eucaliptos” no Quênia e que “precisamos de mais árvores”.

Parece que a única “árvore” que ele considera digna de tal nome é o eucalipto.

A defesa das espécies de árvores nativas

Contudo, o fato é que obviamente existem no Quênia árvores nativas que conservam- em vez de “devorar”- os recursos hídricos e que podem providenciar benefícios múltiplos- inclusive lenha- para a população e a economia. A esse respeito, os cientistas do ICRAF recomendam plantar árvores caducifólias em sistemas integrados “árvore-lavoura”, em que a agricultura e o reflorestamento são praticados em uma única parcela de terra.

Tais árvores perdem suas folhas durante até seis meses do ano, reduzindo quase à metade a quantidade de água de que precisam. Isso possibilita superar épocas de prolongadas secas, e também significa que não irão concorrer com as lavouras para obterem água.

O ICRAF recomenda algumas espécies para regiões específicas. Afirmo que uma espécie da família do mogno chamada *Melia volkensii*, que produz madeira de alto valor, iria beneficiar áreas semi- áridas como as da África Oriental, por exemplo. As áreas de captação de água na África Ocidental e Central, por sua vez, seriam adequadas para a *Cordia africana*, que é ao mesmo tempo útil para os produtores de mel em pequena escala porque suas flores são altamente atraentes para as abelhas.

Outra espécie interessante é o bambu. Conforme o Dr. Chin Ong, um fisiologista vegetal do ICRAF, “as áreas de captação de água do Quênia já estiveram cobertas de bambu” mas, “a maioria dessas florestas já foram clareadas.” A *Arundinaria*

alpina, uma espécie de bambu nativa do Quênia, pode produzir 20.000 talos por hectare ao ano, sendo que cada talo cresce até uma altura de 12 metros. Essa escala de produção poderia significar um bom negócio para o Quênia. Em 2002, o mercado mundial de bambu atingiu US\$ 2 bilhões. O bambu é apresentado como uma virada significativa no Quênia, com a decorrente excitação das comunidades locais que confiam no duplo benefício dessa lavoura comercial que não prejudica a natureza.

O ICRAF tenta incentivar os responsáveis pela tomada de decisões e as comunidades que continuam plantando árvores perenes- como fontes de resina de pinheiro ou de celulose para a produção de papel, por exemplo- a mudar suas práticas.

De acordo com o anterior, Wangari Maathai diz que “Nós aprendemos especialmente a reconhecer e respeitar as prioridades de sustento rural e a focalizar a providência de não apenas uma solução científica mas de um fluxo de benefícios, um dos quais é a plantação de árvores para o agroflorestamento. Isso, em especial com árvores fertilizadoras que melhoram o solo, fornecem frutas, medicina, forragem, madeira, sombra e beleza, sem mencionar o benefício para o ecossistema, a polinização, a biodiversidade, e a proteção de bacias, rios e zonas úmidas.”

Ela enfatiza a necessidade de “expandir as práticas já provadas e integradas com base nas árvores tais como combinar a agricultura de conservação com o agroflorestamento- o que poderia ser chamado de “agricultura perene”. Isso faria possível atingir benefícios ambientais bem como segurança alimentar e meios de vida. Para isso precisamos de mecanismos de apoio às decisões apropriadas dos pesquisadores- apoiados por quem toma as decisões para sua efetiva implementação- construída em torno ao conhecimento, parcerias e a capacidade.”

O lobby do chá

Um poderoso ator na promoção de eucaliptos para lenha no Quênia é a indústria do chá, que queima madeira dessa espécie para secar o chá antes de ser embalado. Os eucaliptos de rápido crescimento providenciam uma fonte barata de energia para essa atividade. Conforme um especialista florestal local que gerencia plantações de eucaliptos para uma empresa de chá (Julius Kamau, comunicação pessoal em 2009), “o atual consumo anual de madeira de eucalipto na indústria do chá está estimado em 5 milhões de metros cúbicos.”

A Unilever é uma das várias corporações que são proprietárias de plantações de chá no Quênia. Em seu site, a companhia afirma que “tem revisado a forma em que produz e usa a lenha, já que a demanda crescente de chá ameaça ultrapassar o fornecimento de suas plantações de eucaliptos.” A esse respeito, a Unilever, “está trabalhando em parceria com o Instituto de Pesquisa Florestal do Quênia” e tem “consultado também especialistas da África do Sul para estabelecer a melhor prática a fim de otimizar o uso da lenha.” A empresa “continua buscando formas de aperfeiçoar ainda mais sua eficiência, por exemplo ao explorar novas variedades de árvores de alto rendimento,” que podem “incrementar os rendimentos da plantação de eucaliptos em um estimado 15%.”

Fica claro que o anterior resultaria em um aumento adicional do consumo de água e em maior esgotamento dos recursos hídricos locais.

Essa empresa, bem como outras, deve, portanto, estar bastante preocupada pela recente decisão governamental (agosto de 2009) que ordena à Nyayo Tea Zone Development Corporation (NTZDC) deter a plantação de eucaliptos na área de 11.000 hectares. O Secretário Permanente de Agricultura, Romano Kiome, disse que a empresa tinha até junho do próximo ano para arrancar todos os eucaliptos que tinha plantado em uma tentativa de conservar as áreas de captação de água. “Nós pedimos a eles (NTZDC) para não plantarem eucaliptos e sim plantarem árvores nativas”, ele disse.

Devido à importância da indústria do chá no Quênia- que produz e exporta o famoso chá Lipton- fica claro que será necessário encontrar uma alternativa adequada para o eucalipto como combustível. Os impactos dessa espécie sobre a água agora são tão óbvios que a indústria necessitará identificar árvores nativas para produzir lenha ou mudar para outras fontes de energia menos prejudiciais.

Ignorar ou reconhecer os fatos: eis a questão

No Quênia há evidência mais do que suficiente que prova que as plantações de eucaliptos, mesmo em relativa pequena escala, causam sérios impactos nos recursos hídricos. Com base em tal evidência o governo do Quênia impôs uma proibição na plantação dessa espécie em zonas úmidas e áreas de captação de água. O próximo passo deveria ser continuar com o apelo de Wangari Maathai para proibir totalmente as árvores exóticas e recorrer às espécies nativas nos planos de reflorestamento do país.

O anterior implica que outros países que enfrentam problemas de escassez de água deveriam fazer uma avaliação das conclusões no Quênia e devem deixar de promover a plantação de eucaliptos ou de outras espécies exóticas de rápido crescimento e passar para a plantação de árvores nativas. Como a mudança climática pode vir a provocar secas mais prolongadas na África e outros continentes, tal mudança na espécie das plantações deveria ser implementada imediatamente.

Apesar de toda a evidência, organizações tais como a FAO e alguns profissionais da comunidade florestal parecem estar mais ansiosos em proteger os interesses das corporações do que em reconhecer que os impactos ambientais das espécies de rápido crescimento- em especial o eucalipto- têm mais importância do que suas vantagens econômicas.

A única coisa que o lobby das plantações pode fazer é tentar subestimar a evidência, mas já não podem dizer que é inexistente. As espécies de rápido crescimento impactam na água e isso é um fato comprovado.

Nesse contexto, as comunidades locais e as organizações da sociedade civil têm um papel muito importante de gerar consciência sobre os impactos das plantações dessas espécies e pressionar os governos para eles introduzirem mudanças nos planos de reflorestamento. Isso poderia ser com base em espécies nativas-

adaptadas naturalmente ao meio ambiente local- capazes de melhorar a captação da água e a conservação dos solos, bem como de recuperar a biodiversidade. As espécies selecionadas para as plantações deveriam fornecer a população local com produtos e serviços úteis que incluem alimentos, medicina, lenha, fibras, etc.

Se for bem sucedida, a pressão da sociedade civil não apenas irá servir para o ambiente e as comunidades quenianas mas também poderá ajudar muitas outras populações ao redor do mundo que lutam contra a expansão do mesmo tipo de prejudiciais monoculturas de árvores exóticas que atualmente estão sendo cerceadas no Quênia.

Por Ricardo Carrere, Coordenador Internacional do WRM

Agradecimentos:

O autor agradece as pessoas a seguir que enviaram seus comentários e assim aperfeiçoaram o texto original: Julius Kamau, Gathuru Mburu, Nicholas Ngece

Artigo baseado em informações de:

- <http://www.scidev.net/es/news/talan-sedientos-rboles-de-eucalipto-en-kenia.html>
- <http://www.ens-newswire.com/ens/jan2003/2003-01-28-03.asp>
- <http://www.scidev.net/en/news/strategic-tree-planting-could-save-water-in-dry-ar.html>
- <http://www.worldagroforestry.org/af/node/197>
- <http://www.ictinternational.com.au/hrm30.htm>
- <http://giip.org/content/view/104/37/>
- <http://www.ke.emb-japan.go.jp/profmaathaispeech.htm>
- <http://www.greenbeltmovement.org/a.php?id=409>
- <http://www.greenbeltmovement.org/a.php?id=410>
- <http://www.climatemediapartnership.org/reporting/stories/eucalyptus-trees-deadly-for-africa-nobel-laureate/>
- <http://www.climatemediapartnership.org/reporting/stories/maathai-urges-ban-on-exotic-tree-species/>
- <http://www.climatemediapartnership.org/reporting/stories/maathai-calls-for-eucalyptus-ban/>
- <http://www.globalforestcoalition.org/img/userpics/File/ForestCover/Forest-Cover-no31-Sept-2009.pdf>
- <http://www.eastandard.net/archives/InsidePage.php?id=1143998349&cid=259&#>
- <http://www.wrm.org.uy/bulletin/89/AF.html#Kenya>
- <http://www.unilever.com/sustainability/casestudies/agriculture/cultivating-fuel-wood-on-tea-estates.aspx>
- <http://multimedia.marsgroupkenya.org/?StoryID=264343&page=3>

início

- Testemunhos sobre as plantações de árvores e o esgotamento dos recursos hídricos

Em todos os casos em que são estabelecidas as monoculturas de árvores de

crescimento rápido os recursos hídricos diminuem substancialmente ou desaparecem totalmente, principalmente devido ao elevado consumo de água das espécies exóticas de crescimento rápido. Os poços, zonas úmidas, córregos e até os rios secam. As comunidades locais afetadas dão testemunho dessa situação.

O WRM produziu uma apresentação em PowerPoint- "Plantações de árvores e esgotamento dos recursos hídricos"

[http://www.wrm.org.uy/plantaciones/Plantacoes_recursos_hidricos.pdf]- que é uma compilação dos testemunhos de pessoas do mundo todo que providencia evidências mais do que suficientes sobre a relação direta entre a expansão das plantações e o esgotamento dos recursos hídricos.

Para nós, eles são os verdadeiros especialistas de quem todos nós podemos aprender.

início

PROBLEMAS ALÉM FRONTEIRAS

- Posco: Destrói florestas na Índia e estabelece plantações como sumidouros de carbono no Uruguai

Recentemente, o Uruguai e a República da Coreia assinaram um Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos que, conforme autoridades do governo uruguaio, estabelece o contexto para que os investimentos coreanos possam ser realizados no Uruguai. Estabelecer o contexto para um investimento ser concretizado no Uruguai, por experiências já conhecidas no país, pode querer dizer: diminuir ou eliminar todo tipo de impostos, licenças de zona franca e dar todo tipo de apoio à empresa em seus empreendimentos. Um dos primeiros investimentos coreanos anunciados no Uruguai é um "Projeto Florestal de Sequestro de Carbono" realizado pela empresa POSCO. Sem levar em consideração a quantidade de impactos negativos das monoculturas florestais, já constatados e documentados, o projeto da empresa POSCO consiste em uma plantação de eucaliptos de 1.139 hectares. Sob o lema "Salvamos a Terra através das plantações", a empresa simplesmente não leva em consideração as inúmeras vozes de centenas de movimentos sociais que no mundo todo se opõem a elas. A idéia central do projeto é que ao estabelecer monoculturas florestais em um país a empresa POSCO pode "compensar" suas emissões de gases causadores da mudança climática em seu país de origem ou em outros países. Esta empresa, que é uma das maiores produtoras de aço do mundo, é bem conhecida na Índia e não necessariamente porque "o aço gosta da natureza"- como está escrito na capa de sua pasta de apresentação- e menos ainda das pessoas. Em 2005, a empresa coreana Posco assinou um acordo com o governo indiano para o estabelecimento de uma planta de aço, um porto e prospecções mineiras no estado de Orissa. A partir de então, milhares de pessoas vêm se opondo ao projeto devido aos graves impactos negativos que afetarão os moradores locais. A proposta de adjudicação de minas para a POSCO abrange 6.000 hectares de área florestal primária. Essas florestas estão habitadas por uma ampla variedade de vida silvestre e fauna. Além

disso, as comunidades tribais que representam 74 por cento da população nas áreas contíguas são totalmente dependentes dessas florestas para conseguirem lenha, forragem, frutas e plantas medicinais. Os mananciais na área providenciam água tanto para consumo quanto para irrigação. A mineração também iria afetar a cachoeira Khandadhar- um local relacionado com as práticas espirituais dos indígenas e que também é um famoso destino turístico do estado. A área onde se origina a cachoeira- a cordilheira Khandadhar – está nos planos de mineração da Posco. Em junho de 2006, até o Congresso- o partido mais importante da Índia- prometeu seu apoio aos movimentos das comunidades contra o deslocamento causado pelo projeto de planta de aço da Posco. As comunidades de Dhinkia, Nuagaon e Gadakujang, que irão enfrentar deslocamentos são prósperas devido a suas atividades agrícolas. Os líderes do Congresso disseram que os moradores que são progressistas e prósperos irão tornar-se mendigos e peões sem-terra ao serem deslocados de suas terras agrícolas. Em agosto de 2007, um grande grupo de pessoas pertencentes a vários partidos políticos e organizações sociais protestou diante dos escritórios da POSCO, protegidos por um importante contingente de força policial. Os manifestantes, entre os quais havia muitas mulheres, ergueram slogans contra a empresa coreana e culpavam o governo por facilitar o projeto da Posco no distrito de Jagatsinghpur, a despeito da oposição dos moradores que foram deslocados. Em outubro de 2008, uma resolução assinada por mais de 100 organizações e pessoas- a maioria acadêmicos-, condenaram o crescente estado de repressão em Orissa contra a pacífica resistência da população que se opõe ao projeto siderúrgico da Posco. A repressão chegou ao ponto de ter sido preso o presidente do movimento, Abhay Sahu. Apesar do regime cada vez mais repressivo do estado, a luta foi intensificada com mais moradores locais, especialmente mulheres que se uniram, e com mais vozes democráticas provindas do mundo todo que condenavam o estado por agir em detrimento dos valores constitucionais e dos direitos humanos e em favor dos interesses corporativos. O nível de repressão atingiu seu ponto máximo quando o líder do movimento anti- Posco, Abhay Sahu, foi colocado atrás das grades. Em agosto de 2009, outros ativistas foram presos por terem se oposto à POSCO e foram registradas causas falsas contra eles. Cerca de 20.000 pessoas de 15 povoados dos arredores receiam que a construção da planta destruía suas moradias e seus meios de vida. No tocante aos planos de compensação propostos, os moradores disseram: Nada pode compensar o deslocamento de milhares de pessoas. As mobilizações contra a empresa POSCO juntam-se no estado de Orissa aos milhares de pessoas que se mobilizam há anos contra a empresa mineira inglesa já instalada- a Vedanta. Milhares de pessoas que dias passados bloquearam as estradas do município de Muninguda pedindo a suspensão imediata das licenças para mineração sabem muito bem o que significa o deslocamento, a perda de terras, florestas e cultura, a perda dos meios de subsistência e da identidade como foi especificado em uma resolução emitida no dia 10 de outubro de 2009. (vide resolução em xxx). Apesar de levar anos de luta, apesar da prisão, as torturas e a repressão, os líderes de ambos movimentos declaram que irão continuar em seus esforços até expulsarem as duas empresas da Índia. Com esse prontuário, a Posco visa limpar sua imagem no Uruguai através da plantação do que chama "florestas" (plantações de eucaliptos de crescimento rápido) para "compensar" as emissões de CO2 resultantes de sua atividade industrial. Obviamente "esquece-se" de mencionar que na Índia pretende destruir 6.000

hectares de florestas verdadeiras, e que se ainda não isso foi feito é unicamente porque os moradores locais conseguiram impedi-lo.

O povo e o atual governo uruguaio, que conhecem na própria pele o que significa repressão, cárcere e tortura por terem sofrido anos de ditadura militar, devem ficar do lado de seus irmãos e irmãs da Índia e rejeitar contundentemente este projeto. O povo indiano não merece que o Uruguai sirva de desculpa para outorgar impunidade aos crimes da empresa Posco e o povo uruguaio não merece tal vergonha.

Artigo baseado em informações enviadas por Mamata Dash, e-mail:mamata68@gmail.com; <http://stoposco.wordpress.com/>; World Prout Assembly, http://www.worldproutassembly.org/archives/2007/10/uneasy_quiet_on.html, e The Hindu, <http://www.hindu.com/2007/07/24/stories/2007072456510300.htm>

início

- O excesso de consumo no Norte promove desertos verdes no Sul

Estima-se que a demanda mundial de papel e papelão cresça de 2% a 3% ao ano no longo prazo, com um potencial crescimento significativo na Ásia e a Europa do Leste- Índia, China e Rússia, em particular. Estima-se que as exportações de celulose da América Latina provindas de terras transformadas em plantações de monoculturas de árvores- os chamados "desertos verdes"- aumentem em 70% entre 2000 e 2010. Madeira, celulose, cana-de-açúcar e agrocombustíveis são exportados desde os países do Sul para serem consumidos nos países do Norte, gerando grandes lucros para as empresas transnacionais. Mas as indústrias com plantações em grande escala provocam inúmeros impactos negativos no âmbito social, ambiental e econômico: deslocamento de comunidades locais, devastação da biodiversidade, esgotamento dos recursos hídricos, uso de terras que potencialmente seriam usadas para agricultura, empobrecimento dos trabalhadores, agricultores e comunidades. Ainda que o papel seja essencial para a comunicação moderna, há um consumo desnecessário de papel nos países do Norte. A demanda está distribuída de forma dispar: 72% do papel mundial é consumido por 22% da população mundial que mora nos EUA, Europa e Japão. O mais alarmante é que esse consumo excessivo nem sempre é justificado. O excesso de consumo é, como para outros muitos produtos, devido a demandas ou usos desnecessários, tal como é mostrado nos exemplos a seguir:

- Desenvolvimento de produtos descartáveis tais como guardanapos ou xícaras de papel.
- Impressões inúteis nas corporações: conforme um estudo da Lexmark e Ipsos na Europa, apenas a metade das companhias entrevistadas tinham modificado suas estratégias de impressão e só 12% tinham realizado investimentos financeiros para incentivar que os empregados fizessem um melhor uso das impressões. Por isso, não é surpreendente que a maioria dos empregados europeus pense que poderiam reduzir suas impressões até em 30%, especialmente se considerarem

que quase a metade de todas as listagens e fotocópias acabarão na lixeira até o final do dia (vide <http://www.shrinkpaper.org>). Mesmo que o número de impressões tenha sido reduzido nos últimos dois anos, cada empregado europeu ainda imprime um equivalente a 35k ao ano.

- Embalagem e excesso de embalagem: hoje a embalagem é responsável pela metade do papel usado no mundo. O centro francês de informação independente dos resíduos, estima que na França a embalagem gera 5 toneladas de resíduos a cada ano. A maior parte dos resíduos é reciclada, no entanto mais de 50% é incinerada, causando uma ameaça para o solo, a água, o ar e a saúde das pessoas. Assim como as impressões excessivas, grande parte da embalagem hoje usada poderia ser dispensada, por exemplo, a numerosa embalagem individual e os pequenos embrulhos que estão tão na “moda” hoje em dia.
- Lixo postal: a enorme quantidade de lixo postal que recebemos em nossos lares dá a idéia de o papel ser um recurso gratuito. Unicamente na França, a cada ano 18 bilhões de folhetos são enviados às caixas de correio, o equivalente a 40 k de papel para cada moradia. Se 5% das pessoas pudesse escolher não receber o lixo postal, 150 milhões de euros gastados no tratamento dos resíduos poderiam ser poupados. É por isso que a Amigos da Terra- Paris organizou no passado mês de setembro uma ação de denúncia objetivando um aumento na conscientização do desmatamento, seus vínculos com as plantações de árvores e o excesso de publicidade. Para o Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores, o grupo local convidou os artistas Barbara Hashimoto e Andrew Chartier para apresentarem seu trabalho no Espaço Krajcberg. O projeto artístico ambiental em andamento de Hashimoto começou em 2007 em Chicago quando ela juntou e picou cada folha de lixo postal enviado a seu ateliê durante um ano. Em 2009 com a Amigos da Terra- Paris, o experimento com lixo postal (“The junk mail experiment”) que envolveu 200 crianças de uma escola local que juntaram o correio não solicitado que recebiam em suas moradias durante vários meses, Barbara Hashimoto fez com que o público parisiense se tornasse ciente da inacreditável quantidade de papel que recebia em suas caixas de correio. Andrew Chartier analisa os vínculos entre a tecnologia, a arte e o ambiente através de seu trabalho. Na exibição de Paris apresentou sua máquina de árvores que dá um broto de árvore em troco por uma folha de papel: ruim demais que o mecanismo reverso seja apenas um sonho!

Hoje em dia a questão é reduzir drasticamente o excesso de consumo de papel, evitar o desmatamento e a ocupação das terras devida à implementação de plantações de monoculturas de árvores em grande escala. Se unicamente os países do norte visassem a deter o consumo de papel para inutilidades, significaria uma importante poupança para as florestas bem como um benefício precioso para a humanidade.

Amigos da Terra- Paris, e-mail: paris@amisdelaterre.org,
<http://www.amisdelaterre.org/-Paris-.htm>

início
